

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 08 de março de 2010.

Edição nº 392

Nesta edição:

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

Atos Normativos	2
Boletim	3

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal	3
---------------------------	---

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	3
---------------	---



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 08 de março de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 392

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

PROVIMENTO Nº 03/2010

Prorroga o Projeto Piloto instituído pelo Provimento nº 43/2009, disciplinando a permanência de inquéritos policiais no Ministério Público.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o protocolo de intenções firmado com o Poder Judiciário visando racionalizar a tramitação dos inquéritos policiais, **RESOLVE** editar o seguinte Provimento:

Art. 1º Fica prorrogado o Projeto Piloto instituído pelo Provimento nº 43/2009, disciplinando a permanência de inquéritos policiais no Ministério Público, na Promotoria de Justiça Criminal, na Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri e na Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre (11º cargo de Promotor de Justiça da Infância e da Juventude).

Parágrafo único. O Projeto Piloto é estendido às Promotorias de Justiça Regionais de Porto Alegre.

Art. 2º A permanência de inquéritos policiais no Ministério Público observará o disposto nos artigos 2º e 3º do Provimento nº 43/2009.

Art. 3º Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, perdurando sua vigência até 31 de dezembro de 2010.

Parágrafo único. A partir da vigência deste Provimento, todos os inquéritos policiais que estiverem em cartório judicial – aguardando diligência do Ministério Público – serão remetidos às Promotorias de Justiça.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 04 de março de 2010.

SIMONE MARIANO DA ROCHA,
Procuradora-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

BENHUR BIANCON JUNIOR,
Chefe de Gabinete.

PROVIMENTO Nº 04/2010

Dispõe sobre a convocação dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, durante o período eleitoral das Eleições Gerais de 2010, em primeiro turno e em segundo turno, se houver, e dá outras providências.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a atuação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul nas eleições dos dias 03 de outubro de 2010, em primeiro turno, e 31 de outubro de 2010, em segundo turno, se houver,

RESOLVE editar o seguinte Provimento:

Art. 1º Ficam os Promotores de Justiça de entrância intermediária e de entrância inicial, designados para exercerem as funções eleitorais, autorizados, nas Comarcas respectivas a convocar os servidores do Ministério Público para atender, em regime de plantão, nos dias 02 e 03 de outubro de 2010, nas eleições em primeiro turno, e nos dias 30 e 31 de outubro de 2010, nas eleições em segundo turno, se houver.

Art. 2º Na Comarca de Porto Alegre a convocação será efetuada pela Direção-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça mediante solicitação do Coordenador do Gabinete de Assessoramento Eleitoral.

Art. 3º Os Servidores convocados, nos termos dos artigos 1º e 2º deste Provimento, serão dispensados, sem prejuízo do salário, vencimento ou qualquer outra vantagem, pelo dobro dos dias da convocação.

Art. 4º Os Promotores de Justiça referidos no artigo 1º deste Provimento e a Direção-Geral encaminharão, após a realização das eleições, memorando à Unidade de Registros Funcionais informando os servidores que foram convocados, bem como o número de dias trabalhados.

Parágrafo Único. A dispensa do serviço, nos termos do artigo 2º deste Provimento, formalizada por meio de requerimento à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos e com anuência da chefia imediata, fica condicionada à conveniência administrativa.

Art. 5º Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 04 de março de 2010.

SIMONE MARIANO DA ROCHA,
Procuradora-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

BENHUR BIANCON JUNIOR,
Chefe de Gabinete.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 08 de março de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 392

PROVIMENTO Nº 05/2010

Dispõe sobre as atividades dos policiais civis e militares cedidos a serviço do Ministério Público.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO as inúmeras demandas dirigidas à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais no sentido de fornecer meios investigatórios aos Promotores Criminais;

CONSIDERANDO que os policiais adidos devem atender as demandas relevantes dos diversos membros do Ministério Público, sem distinção em razão da Comarca ou entrância,

CONSIDERANDO que há necessidade de a Administração Pública otimizar as ações institucionais, priorizando objetivos, reduzindo custos e alcançando maior efetividade;

RESOLVE editar o seguinte Provimento:

Art. 1º Os policiais civis e militares adidos ao Ministério Público e hoje designados para atuação junto à Promotoria Especializada Criminal e à Procuradoria de Prefeitos passam a ficar vinculados à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, assim como os recursos materiais por eles utilizados.

Art. 2º O membro do Ministério Público que necessitar empregar policiais em investigações ou operações deverá encaminhar solicitação ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, fundamentando as razões do pedido.

Art. 3º Cabe ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, à vista da relevância da postulação, das prioridades institucionais e da disponibilidade de recursos humanos, autorizar o emprego dos policiais adidos ao Ministério Público e dos recursos materiais correspondentes, definindo o tempo e as condições da autorização.

Art. 4º Este provimento entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 05 de março de 2010.

SIMONE MARIANO DA ROCHA,

Procuradora-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Chefe de Gabinete.

BOLETIM Nº 103/2010

A SENHORA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

AUTORIZAR

- o afastamento da Dra. ALEXANDRA CARNIEL ANTONIO, Promotora de Justiça de entrância intermediária, matrícula nº 14963566, para, no período de 15 de março a 31 de agosto de 2010, participar do Curso Superior de Inteligência Estratégica (CSIE) 2010, junto à Escola Superior de Guerra – Ministério

da Defesa, na cidade do Rio de Janeiro - RJ (PR.00001.02624/2009-3 - Portaria 0251/10).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de março de 2010.

SÔNIA ELIANA RADIN,

Promotora-Assessora.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM Nº 104/2010

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO

- a Portaria nº 0234/2010, que nomeou RAONA PEDROZO, para exercer o cargo de Assistente de Promotoria de Justiça, deste órgão (Port. 0343/10).

NOMEAR

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, VERONICA ANGELA RECKZIEGEL, para exercer o cargo de Assistente de Promotoria de Justiça, Classe "O", em virtude de aprovação em concurso, no qual obteve o nono (9º) lugar na Região do Litoral (Port. 0344/10).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de março de 2010.

JANETE MENEZES FAGUNDES,

Diretora-Geral.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM Nº 02/2010 - CAO

A COORDENADORA DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, instaurou os seguintes Inquéritos Cíveis:

PROMOTORIA DE ARROIO GRANDE

Inquérito Civil nº 002/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Cristiane Maria Scholl Levien da Promotoria de Justiça de Arroio Grande com a **finalidade** de apurar eventual venda casada de produtos e serviços e realização de exame ótico por pessoa não habilitada, tendo como investigado Rodrigues e Almeida Ltda.

PROMOTORIA DE CACEQUI

Inquérito Civil nº 005/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Bruno Pereira Pereira da Promotoria de Justiça de



Cacequi com a **finalidade** de acompanhar as tentativas de conscientização dos Comerciantes formais e informais do Município acerca da proibição da venda de produtos produzidos com violação do direito autoral, denominados de piratas, bem como da necessidade de afixação adequada e clara de preços de produtos e serviços conforme Decreto nº 2181/97 e Lei nº 10.982/04, tendo como investigados estabelecimentos comerciais (lojas e supermercados) do município.

PROMOTORIA DE CANOAS

Inquérito Civil nº 0131/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Andrea Silva Uequet da Promotoria de Justiça de Canoas com a **finalidade** de apurar possível existência de lesão aos consumidores decorrente do descumprimento da oferta nas vendas pela Internet, tendo como investigado Stop Play Comércio e Distribuição de Eletroeletrônicos e Informática Ltda.;

Inquérito Civil nº 003/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Maria Augusta Menz da Promotoria de Justiça de Canoas com a **finalidade** de apurar eventual prática comercial abusiva consistente na realização de atividade de consórcio sem a devida autorização do Banco Central, tendo como investigada Adquira Veículos Ltda.

PROMOTORIA DE CAPÃO DA CANOA

Inquérito Civil nº 033/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa com a **finalidade** de apurar supostas cláusulas abusivas no contrato de compromisso de compra e venda de imóveis do Condomínio Residencial Playa Vista, em Xangri-lá/RS, que não admite o direito de arrependimento por parte dos consumidores, de responsabilidade da investigada Metagon Incorporações e Loteamento Ltda.

PROMOTORIA DE CRISSUMAL

Inquérito Civil nº 001/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Anamaria Thomaz da Promotoria de Justiça de Crissumal com a **finalidade** de apurar possível irregularidade no transporte de produto de origem animal sem a devida inspeção sanitária oficial, tendo como investigado Milton Luís Scherner.

PROMOTORIA DE ESTEIO

Inquérito Civil nº 004/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça André Baptista Caruso MacDonald da Promotoria de Justiça de Esteio com a **finalidade** de apurar suposta ausência de profissional de Educação Física em tempo integral na academia do Armário;

Inquérito Civil nº 005/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça André Baptista Caruso MacDonald da Promotoria de Justiça de Esteio com a **finalidade** de apurar eventual ausência de responsável técnico na academia Leopoldo e Cia Ltda.;

Inquérito Civil nº 006/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça André Baptista Caruso MacDonald da Promotoria de Justiça de Esteio com a **finalidade** de apurar possível ausência de responsável técnico na academia Protector Academia de Artes Marciais Ltda.

PROMOTORIA DE JAGUARÃO

Inquérito Civil nº 002/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Rogério Meirelles Caldas da Promotoria de Justiça de Jaguarão com a **finalidade** de apurar possível distribuição de alimentos impróprios ao consumo humano aos pescadores do

município, bem como para apurar eventual fraude na licitação, tendo como investigados Município de Jaguarão e Supermercado Frey.

PROMOTORIA DE MONTENEGRO

Inquérito Civil nº 003/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Thomás Henrique de Paola Colletto da Promotoria de Justiça de Montenegro com a **finalidade** de apurar suposta irregularidade em anúncio sobre oferta de imóveis sem mencionar registro de incorporação, tendo como investigado Teto Imóveis.

PROMOTORIA DE PORTO ALEGRE

Inquérito Civil nº 025/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a **finalidade** de apurar eventual oferta e publicidade enganosa referente à informação de inexistência de gordura trans em produto (Manteiga Elegê), tendo como investigada Brasil Foods S.A. – BRF.;

Inquérito Civil nº 001/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a **finalidade** de apurar possível publicidade e oferta enganosas quanto aos tratamentos para disfunção erétil, tendo como investigado Paulista Saúde S/A (Boston Medical Group);

Peça de Informação nº 002/2010, instaurada pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a **finalidade** de apurar suposta prática comercial abusiva referente a não entrega de certificado de curso a alunos, tendo como investigada Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC – Educação a Distância;

Inquérito Civil nº 003/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a **finalidade** de apurar eventual prática comercial abusiva na publicidade do produto pare de fumar, tendo como investigado Kawakami Indl. Eletrônica Ltda.;

Inquérito Civil nº 004/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a **finalidade** de apurar possível oferta enganosa do valor de passagem aérea divulgado no site da empresa, tendo como investigada TAM Linhas Aéreas S.A.;

Inquérito Civil nº 005/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a **finalidade** de apurar suposta comercialização de produtos irregulares (produtos em forma de "pack" para praticantes de atividades físicas), tendo como investigada ADS Laboratório Nutricional Ltda.;

Inquérito Civil nº 006/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a **finalidade** de apurar eventual comercialização de produtos irregulares, tendo como investigada G T Trading Comercial Importadora e Exportadora;

Inquérito Civil nº 007/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a **finalidade** de apurar possível comercialização de produtos irregulares, tendo como investigada AST Comércio de Produtos Esportivos Importação e Exportação;



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 08 de março de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 392

Inquérito Civil nº 008/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a **finalidade** de apurar suposta comercialização de produtos irregulares, tendo como investigada Integral Médica S/A Agricultura e Pesquisa;

Inquérito Civil nº 009/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a **finalidade** de apurar eventual prática comercial abusiva consistente na oferta e venda de ingressos para evento a ser realizado sem autorização municipal, tendo como investigadas Inner Soul Produtora de Eventos e Gonçalves e Grossi Produções de Eventos Ltda.;

Inquérito Civil nº 010/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a **finalidade** de apurar possível prática comercial abusiva – cobrança de serviço não solicitado, tendo como investigada Sky Brasil Serviços Ltda.;

Inquérito Civil nº 011/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a **finalidade** de apurar suposta prática comercial abusiva consistente no descumprimento contratual relativo a estragos de pertences de consumidores, bem como extravios sem reembolso ou informações, tendo como investigados Tom Mix, dentre outros;

Peça de Informação nº 012/2010, instaurada pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a **finalidade** de apurar eventual prática comercial abusiva praticada pela central de cobranças da empresa Cartões Hipercard, tendo como investigado União de Bancos Brasileiros S.A. – UNIBANCO;

Peça de Informação nº 013/2010, instaurada pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a **finalidade** de apurar possível Double service, tendo como investigada Planalto Transportes Ltda.;

Inquérito Civil nº 014/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a **finalidade** de apurar suposta comercialização de produtos irregulares (produtos em forma de "pack" para praticantes de atividades físicas), tendo como investigada Corpo em Dia – Revendedora, Importadora e Distribuidora de Suplementos Alimentares;

Inquérito Civil nº 015/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a **finalidade** de apurar eventual comercialização de produtos irregulares, tendo como investigada fizogen.com.br.;

Inquérito Civil nº 016/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a **finalidade** de apurar possível prática comercial abusiva, tendo como investigado Rádio e TV Portovisão Ltda. (Grupo Bandeirantes de Comunicação RS);

Inquérito Civil nº 017/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a **finalidade** de apurar suposta deficiência na prestação de serviços e prática abusiva, tendo como investigada Escola Irmão Ernesto Dewes (SOS Rialesa);

Inquérito Civil nº 018/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a **finalidade** de apurar eventual publicidade enganosa, tendo como investigada Maiojama Empreendimentos Imobiliários Ltda.;

Inquérito Civil nº 019/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a **finalidade** de apurar possível prática comercial abusiva consistente na oferta de seguro sem informações claras aos consumidores, tendo como investigada Globex Utilidades S.A. (Ponto Frio);

Inquérito Civil nº 020/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a **finalidade** de apurar suposta prática de oferta enganosa e deficiência de informações, tendo como investigado CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens.

Inquérito Civil nº 021/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a **finalidade** de apurar eventual prática abusiva, consistente na cobrança de encargo sobre parcelamento futuro em crédito rotativo, tendo como investigado Hipercard Banco Múltiplo.

Inquérito Civil nº 022/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a **finalidade** de apurar possível publicidade enganosa referente a anúncio de que é o único possuidor de apostila atualizada com edital 2010, tendo como investigado Instituto Pré-Concursos;

Inquérito Civil nº 023/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a **finalidade** de apurar suposta oferta e publicidade enganosa referente à informação de inexistência de gordura trans em produtos (Biscoitos Trakinas e Club Social), tendo como investigada Krafts Foods Brasil S.A.;

Inquérito Civil nº 024/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a **finalidade** de apurar eventual fornecimento de produto e prestação de serviço impróprio ao consumo, tendo como investigado Bar e Lancheria do Beto.

PROMOTORIA DE RIO GRANDE

Peça de Informação nº 005/2010, instaurada pelo Promotor de Justiça José Alexandre Zachia Alan da Promotoria de Justiça de Rio Grande com a **finalidade** de apurar suposto preço abusivo dos combustíveis, tendo como investigado Riosul Comércio de Combustíveis Ltda.;

Inquérito Civil nº 013/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça José Alexandre Zachia Alan da Promotoria de Justiça de Rio Grande com a **finalidade** de apurar eventual dano ao consumidor causado pela venda de mercadorias usadas como se fossem novas, tendo como investigado supermercado BIG;

Inquérito Civil nº 014/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça José Alexandre Zachia Alan da Promotoria de Justiça de Rio Grande com a **finalidade** de apurar possível dano ao consumidor causado pelo pagamento indevido de conta de celular, tendo como investigado Claro S/A;

Peça de Informação nº 019/2010, instaurada pelo Promotor de Justiça José Alexandre Zachia Alan da Promotoria de Justiça de Rio Grande com a **finalidade** de apurar suposta



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 08 de março de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 392

implantação de armários guarda volumes nas agências bancárias do município.

PROMOTORIA DE SANTA CRUZ DO SUL

Inquérito Civil nº 061/2007, instaurado pela Promotora de Justiça Roberta Brenner de Moraes da Promotoria de Justiça de Santa Cruz do Sul com a **finalidade** de verificar eventual comercialização de leite “in natura” no município de Santa Cruz do Sul.

PROMOTORIA DE SANTA MARIA

Inquérito Civil nº 009/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Antônio Augusto Ramos de Moraes da Promotoria de Justiça de Santa Maria com a **finalidade** de apurar suposta discrepância dos valores dos produtos anunciados nas gôndolas e os efetivamente cobrados no momento do pagamento e lançados no cupom fiscal, tendo como investigado WMS Supermercados do Brasil Ltda.

PROMOTORIA DE TRAMANDAÍ

Inquérito Civil nº 009/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Leonardo Menin da Promotoria de Justiça de Tramandaí com a **finalidade** de apurar eventual comércio irregular de produtos ópticos, tendo como investigados Lipsul, Hotel Sulmar, entre outros.

PROMOTORIA DE TORRES

Inquérito Civil nº 004/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Martini da Promotoria de Justiça de Torres com a **finalidade** de apurar eventual indução do consumidor a erro, por estar o estabelecimento investigado revendendo combustíveis oriundos de distribuidora diversa da ostentada, em Arroio do Sal, RS, tendo como investigado Auto Posto Vallim Ltda.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 01 de março de 2010.

TÊMIS LIMBERGER,

Coordenadora do CAO Consumidor.

De acordo.

LUIZ CARLOS ZIOMKOWSKI,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.